

ELETROIVER S.A. E CONTROLADAS

CPMVE nº 01.968.293/0001-68
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

A Administração da Eletroiver S.A. ("Eletroiver" ou "Companhia"), submete para apreciação o Relatório Administrativo e as demonstrações financeiras das atividades exercidas nos meses findos em 2025, e, ainda, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. As informações deste Relatório da Administração estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As informações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Informações Contábeis - CPC e providas do Conselho Superior Federal de Contabilidade - CSF e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Além disso, bem como em observância às normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards" ou "IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), aplicáveis às empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). O presente documento é destinado, prioritariamente, aos acionistas da Eletroiver, e mantido à disposição para acesso público no site da Companhia (www.eletroiver.com.br), no site do CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>) e publicado no Jornal A Tarde, em conformidade com o exigido pela legislação brasileira.

1. INTRODUÇÃO. Constituída em 28 de maio de 1997, a Eletroiver tem por objeto social a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como a promoção e/ou participação em empreendimentos privados de geração e distribuição de energia elétrica, desde que tomando o seu sócio, controladora ou não, como parceiro. (a) geração, distribuição e comercialização de energia elétrica; (b) o gerenciamento da obtenção e adequação dos recursos necessários para implantação dos mencionados empreendimentos; (c) implantação, com participação societária ou não, de empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; (d) a importação e/ou exportação de mão de obra, tecnologia e equipamentos, bem como suas peças e acessórios, necessários às atividades mencionadas nas alíneas anteriores; (e) participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista; e (f) a participação com recursos em fundos de investimento regularmente constituídos e de fundo de capitalização de recursos. A Eletroiver S.A., Companhia de capital fechado, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, titular de ações representativas de 65,97% do capital social da Companhia. Sua atuação está concentrada na gestão dos seus investimentos no capital social da BSB Energética S.A. ("BSB") e da Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH"), investida que detém, indiretamente, o controle acionário de 13 (treze) sociedades de propósito específico ("SPEs") filiais, respectivamente, de autoridades emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") para exploração do potencial hidrelétrico de 13 (treze) pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"), com potência instalada total de 291,5MW, localizadas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás, todas inscritas e controladas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA"). A Brasil PCH, por sua vez, tem como única acionista a Companhia e a BSB, respectivamente, de ações representativas de 70,09% e 30,00% do capital social. Assim, uma vez que a Companhia detém o controle acionário da BSB, na qual subscreve 91,06% do capital votante, sua participação direta e indireta no Grupo Brasil PCH soma 97,30%. **2. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS.** *Visão geral.* Os diretores entendem que, a partir da análise e revisão das demonstrações financeiras da Companhia, essa apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseadas nas expectativas indicadas no Relatório. Apesar disso, a Companhia não pode garantir que tal desempenho permanecerá inalterada, especialmente considerando os riscos inerentes ao seu ramo de atividade bem como das suas controladas. **2.1. Financeiros e Patrimoniais Gerais.** *Disponibilidade de caixa.* Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encerrou o período com saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 100.739,73 mil (R\$ 127,029 em 31 de dezembro de 2024), representando redução de R\$ 26,290, equivalente a 20,70%, devido, principalmente, à não captação de recursos no mercado financeiro de curto prazo em 2025, enquanto no exercício anterior foram captados R\$ 200.000, mediante a emissão de Cédula de Crédito Bancário ("CCB"). Somado aos aumentos dos desembolsos com amortização das Debêntures (R\$ 41.347), pagamento de juros sobre CCB (R\$ 30.472), imposto de renda e contribuição social (R\$ 16.487), e instrumento financeiro derivativo SWAP ("SWAP Brasil PCH" (R\$ 8.454), parcialmente compensados pela redução de R\$ 20,228, representando redução de R\$ 20,228, pagamento de dividendos (R\$ 261,529) e aquisição de imobilizado e intangível (R\$ 8.627). *Endividamento e liquidez.* O endividamento líquido da Companhia é calculado pelo valor total dos passivos, subtraído dos montantes registrados em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido ao final do exercício de 2025 comparado com 31 de dezembro de 2024.

Indicadores financeiros (R\$ mil)	Em	
	31/12/2025	31/12/2024
Divida Bruta¹	3.054.258	2.578.539
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	100.739	127.029
(=) Divida Líquida²	2.953.519	2.451.510

O aumento da divida líquida no montante de R\$ 502.009, equivalente a 20,48%, deve-se, principalmente, à elevação do montante registrado a título de dividendos a pagar (R\$ 944.306), parcialmente compensados pela redução do saldo a pagar das debêntures (R\$ 307.436), SWAP Brasil PCH (R\$ 23.195), bem como pela redução (R\$ 105.883) do montante registrado a título de prêmio de repactuação. *Indicadores Financeiros* Os indicadores financeiros utilizados pela Companhia são o índice de liquidez corrente e o índice de liquidez geral. O índice de liquidez corrente é calculado pela razão do (i) saldo do ativo circulante pelo (ii) saldo do passivo circulante. O quadro a seguir traz o respectivo indicador para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado ao apurado em 31 de dezembro de 2024.

Liquidez Corrente	Em	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante (i)	199.119	323.091
Passivo Circulante (ii)	1.637.934	699.674
Liquidez Corrente (i/ii)	0,12	0,46

Entre os períodos analisados, a capacidade da Companhia em honrar suas obrigações no curto prazo, apresentou redução de 73,91%, atingindo o índice de 0,12, frente aos 0,46 apurados em 31 de dezembro de 2024, devido, principalmente, à elevação dos montantes registrados a título de dividendos a pagar (R\$ 944.306), debêntures (R\$ 94.883), e SWAP Brasil PCH (R\$ 13.425), somada à redução (R\$ 123.972) do ativo circulante (afetado principalmente pela redução (R\$ 100.499) do montante registrado a título de contas a receber de clientes), parcialmente compensada pela redução do montante registrado a título de prêmio de repactuação (R\$ 105.883) e impostos, contribuições e taxas a recolher (R\$ 13.504). Já o índice de liquidez geral, que mede a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo, é calculado pela razão do (a) saldo do ativo circulante somado ao (a) ativo não circulante pelo (b) passivo circulante acrescido do (b) passivo não circulante. O quadro a seguir traz a reconciliação do indicador nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Liquidez Geral	Em	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante (a.1)	199.119	323.091
Ativo Não Circulante (a.2)	3.161.979	3.236.859
Total do Ativo	3.361.098	3.559.950
Passivo Circulante (b.1)	1.637.934	699.674
Passivo Não Circulante (b.2)	1.416.324	1.878.865
Total do Passivo	3.054.258	2.578.539
Liquidez Geral ((a.1) + (a.2)) / ((b.1) + (b.2))	1,100	1,381

Em 31 de dezembro de 2025, o Índice de Liquidez Geral apresentou redução de 20,29%, atingindo o índice de 1,10x, frente aos 1,38x apurados em 31 de dezembro de 2024, devido, principalmente, à: (a) elevação dos montantes registrados a título de dividendos a pagar (R\$ 944.306), somados à redução (R\$ 198.852) do total dos ativos, afetada principalmente pela redução dos montantes registrados a título de contas a receber de clientes), parcialmente compensada pela redução do montante registrado a título de prêmio de repactuação (R\$ 105.883) e impostos, contribuições e taxas a recolher (R\$ 13.504). Já o índice de liquidez geral, que mede a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo, é calculado pela razão do (a) saldo do ativo circulante somado ao (a) ativo não circulante pelo (b) passivo circulante acrescido do (b) passivo não circulante. O quadro a seguir traz a reconciliação do indicador nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2025	31/12/2024	
ATIVOS CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.673	4.071	52.694
Aplicações financeiras	8	2	205	48.045
Contas a receber de clientes	9	-	-	82.151
Dividendos a receber	11	404.656	253.541	-
Impostos a recuperar	10	1.261	864	11.394
Despesas antecipadas	2	-	2	4.462
Outros ativos circulantes	-	-	-	373
Total dos ativos circulantes		410.595	258.683	199.119
ATIVOS NÃO CIRCULANTES				
Impostos e contribuições diferidos	-	-	-	520
Impostos a recuperar	-	-	-	253
Depósitos judiciais	10	-	-	23.231
Outros ativos não circulantes	-	-	-	1.463
Investimentos em controladas	12	1.734.057	1.706.235	-
Imobilizado	13	-	-	1.211.365
Intangível	14	-	-	1.925.048
Total dos ativos não circulantes		1.734.057	1.706.235	3.161.979
TOTAL DOS ATIVOS		2.144.652	1.964.918	3.361.098
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVOS CIRCULANTES				
Fornecedores	-	-	7	781
Seguros a pagar	-	-	-	2.915
Debêntures	15.1	157.008	115.996	446.964
Empréstimo - CCB	15.2	4.532	694	4.532
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	-	28.113
Impostos, contribuições e taxas a recolher	17	86	157	29.213
Dividendos a pagar	20	1.080.239	141.981	1.093.824
Receita diferida	-	-	-	2.386
Instrumento financeiro derivativo - SWAP	15.1	-	-	3.810
Provisões para compromissos futuros	16	-	-	7.484
Passivo de arrendamento	-	-	-	598
Outros passivos	1.2	-	-	2.775
Total dos passivos circulantes		1.21.865	258.833	699.674
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES				
Debêntures	15.1	431.169	555.023	625.863
Empréstimo - CCB	15.2	195.867	199.179	195.867
Instrumento financeiro derivativo - SWAP	15.1	-	-	-
Passivo de arrendamento	-	-	-	-
Impostos e contribuições diferidos	25	-	-	550.740
Impostos, contribuições e taxas a recolher	17	-	-	18.310
Provisões para compromissos futuros	16	-	-	20.922
Provisões para riscos	19	-	-	-
Total dos passivos não circulantes		627.036	754.202	1.416.324
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.868.901	1.013.037	2.578.539

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Em	
	31/12/2025	31/12/2024
Capital social	66.071	66.071
Reservas de lucros	13.214	732.753
Dividendos adicionais propostos	179.891	135.040
Ajuste de avaliação patrimonial	16.575	18.017
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	275.751	951.881
Participação dos acionistas não controladores	-	-
Total do patrimônio líquido	275.751	951.881
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.144.652	1.964.918

NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.									
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)									
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido controladores	Participação de acionistas não controladores
			Reserva legal	Reserva para Lucros Adicionais					
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2023 (R\$ 2,63 por ação)	-	-	13.214	19.539	-	157.732	-	967.059	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	266.902	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de controladas	-	-	-	-	-	7.514	-	-	-
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (R\$ 1,11 por ação)	20,5	-	-	-	-	-	(66.726)	(66.726)	-
Dividendos declarados adicionais (R\$ 1,09 por ação)	20,5	-	-	-	-	-	(65.136)	(65.136)	-
Dividendos adicionais propostos (R\$ 2,19 por ação)	20,5	-	-	-	-	-	135.040	135.040	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	-	66.071	13.214	19.539	-	-	315.040	180.107	-
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2024 (R\$ 2,26 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de reserva de lucros a realizar (R\$ 11,67 por ação)	20,4	-	-	-	-	-	(719.539)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	323.570	10.167	-
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (R\$ 1,35 por ação)	20,5	-	-	-	-	-	(80.893)	(80.893)	-
Dividendos declarados adicionais (R\$ 1,05 por ação)	20,5	-	-	-	-	-	(62.788)	(62.788)	-
Dividendos adicionais propostos (R\$ 2,92 por ação)	20,5	-	-	-	-	-	179.891	179.891	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	-	66.071	13.214	19.539	-	-	165.751	179.891	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é a Eletroiver S.A. ("Eletroiver", "Companhia" ou "Controladora"), sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria "B" desde o mês de julho/2022, foi constituída em 28 de maio de 1997, com sede social na cidade de Salvador, estado da Bahia, tendo por objeto social a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como a promoção e/ou participação em empreendimentos privados de geração e distribuição de energia elétrica, desde que tomando o seu sócio, controladora ou não, como parceiro. (a) geração, distribuição e comercialização de energia elétrica; (b) o gerenciamento da obtenção e adequação dos recursos necessários para implantação dos mencionados empreendimentos; (c) implantação, com participação societária ou não, de empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; (d) a importação e/ou exportação de mão de obra, tecnologia e equipamentos, bem como suas peças e acessórios, necessários às atividades mencionadas nas alíneas anteriores; (e) participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista; e (f) a participação como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. A Companhia possui controle acionário de 91% do capital social da BSB, sociedade anônima de capital aberto, registrada perante a CVM na categoria "B" desde julho/2022, constituída em 24 de março de 2006, com sede social na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem por objeto social, direta ou indiretamente, a geração de energia elétrica, sua comercialização e distribuição, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em outras sociedades com atividades semelhantes ao objeto social da Companhia como sócia ou acionista. Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH"), a Companhia detém participação direta de 70% no capital social da Brasil PCH, sociedade anônima, fechada, constituída em 22 de março de 2005, em operação desde 4 de abril de 2006, tendo como objeto social a implantação e operação de pequenas centrais hidrelétricas, seja direta ou indiretamente, bem como toda e qualquer atividade que seja relacionada à administração, construção, planejamento, operação e manutenção de usinas centrais hidrelétricas e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável, por meio de pequenas centrais hidrelétricas. Os 30,3% restantes do capital social da Brasil PCH são detidos pela BSB, também controlada pela Companhia. A Brasil PCH possui como subsidiária integral a PCHAR que, por sua vez, detém 100% do capital social das 13 SPES, titulares de autorizações concedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") para exploração de 13 PCHs, com potência total instalada de 291,5 MW vindas, conforme o caso, entre os anos de 2014 a 2043, podendo ser prorrogadas por 30 anos, nos termos do art.º 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei nº 13.360/2016, e regulamentada pelo Decreto nº 9.519/2017. Abaixo, são apresentadas as informações relativas às PCHs:

PCHs	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWh/ano)	Início da operação comercial	Término da operação comercial
Bontarte	Rio Paraíba/Simão Pereira, MG	19	13,48	14/01/2000	02/09/2000
Calheiros	Rio Itapaba/Para, Bem Jesus, RJ	19,5	10,92	14/01/2000	12/09/2008
Caparaó	Rio Preto, Dores do Rio Preto, ES	4,5	2,61	30/12/1999	30/12/2008
Carangola	Rio Carangola, Carangola, MG	15	9,57	23/12/1999	25/06/2008

no período foram de R\$ 3.054.258, representando aumento de R\$ 475.719, equivalente a 18,45%, frente ao valor apurado em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.578.539), devido, principalmente, ao aumento dos montantes registrados a título de dividendos a pagar (R\$ 944.306), parcialmente compensados pela redução das debêntures (R\$ 307.436), do montante registrado a título de prêmio de repactuação (R\$ 105.883), do SWAP Brasil PCH (R\$ 23.195), impostos, contribuições e taxas a recolher (R\$ 11.397), impostos e contribuições diferidas (R\$ 11.469) e provisões para compromissos futuros (R\$ 10.373). Assim, ao final do período findo em 31 de dezembro de 2025, a estrutura de capital da Companhia contemplava 9,31% de capital próprio (patrimônio líquido) e 90,69% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2024 era composta por 27,57% de capital próprio e 72,43% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Indicadores de investimento	Em		2025/2024	
	31/12/2025	31/12/2024		
Patrimônio Líquido	(R\$ mil)	91,3%	(R\$ mil)	27,57%
Passivo Total	3.054.258	90,69%	2.578.539	72,43%
Total	3.361.098	100,00%	3.559.950	100,00%

Os Diretores da Companhia entendem que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem. **2.3. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.** Considerando as demonstrações financeiras, os valores registrados no passivo circulante a título de debêntures, CCB e SWAP Brasil PCH, bem como o fluxo de recursos decorrentes de seus investimentos, os diretores entendem que, na data de emissão deste relatório, o fluxo de caixa da Companhia está adequado às suas necessidades de curto prazo, conforme quadro abaixo:

Capacidade de pagamento dos compromissos financeiros	Exposição	
	(R\$ mil)	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		100.739
Títulos de dívida inferiores a 1 ano (debêntures, CCB e SWAP Brasil PCH)		(490.338)
Endividamento líquido inferior a 1 ano	(389.599)	

Nesse sentido, cumpre ressaltar que a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia está diretamente vinculada à geração de caixa e distribuição de dividendos pela BSB e pela Brasil PCH. Assim, considerando o histórico de distribuição de dividendos por BSB e Brasil PCH, ambos listados no resultado financeiro de 2025, e todas (ii) inscritas e controladas no âmbito do PROINFA até os anos de 2025/2026, conforme o caso, (iii) integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") e (iii) optantes pela Repactuação do Risco Hidrológico, na Modalidade SP100, os fluxos de caixa da BSB e PCH, e consequentemente, da Companhia apresentam, no entendimento da administração, estabilidade e previsibilidade compatíveis e adequados à gestão dos seus compromissos financeiros, conforme demonstrado nos quadros a seguir. **2.4. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício social encerrado em 2024, foram utilizados como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes recursos oriundos de seus investimentos na BSB e na Brasil PCH, bem como mediante a emissão de CCB, conforme previamente autorizada pela integralidade dos debêntures da Companhia, reunidos em Assembleia Geral de Debêntures em 31 de dezembro de 2024, bem como o fluxo de caixa das operações de capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que prelede o PROINFA até os anos de 2025/2026, conforme o caso, (iii) integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") e (iii) optantes pela Repactuação do Risco Hidrológico, na Modalidade SP100, os fluxos de caixa da BSB e PCH, e consequentemente, da Companhia apresentam, no entendimento da administração, estabilidade e previsibilidade compatíveis e adequados à gestão dos seus compromissos financeiros, conforme demonstrado nos quadros a seguir. **2.4. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício social encerrado em 2024, foram utilizados como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes recursos oriundos de seus investimentos na BSB e na Brasil PCH, bem como mediante

ELETRORIVER S.A E CONTROLADA - CNPJ/ME nº 01.968.293/0001-68

socioambientais estão sendo apresentados para o período findo em 31 de dezembro de 2025 na rubrica Provisão para indenizações de terras. Os montantes previstos para o plantio previstos no PACUERA, anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais, estão sendo apresentados na rubrica Provisão para programas socioambientais.

	31/12/2023	Adição	Reversão	Paga- mentos	Atual- ização Financeira	31/12/2024
Compromissos socioambientais (a)	19.259	1.929	(6.746)	(1.053)	320	13.709
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	18.334	4.167	-	(4.239)	646	18.908
Provisão p/ registro de terras (c)	1.809	-	(683)	-	-	1.126
Provisão p/ indenizações de terras (d)	13.933	-	(8.120)	-	-	5.813
Total	53.335	6.096	(15.549)	(5.292)	966	39.556

Passivo circulante	8.380	-	-	-	-	8.261
Passivo não circulante	44.955	-	-	-	-	31.295

(*) Os montantes previstos para aquisições de terras previstos no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial - ("PACUERA"), anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais estão sendo apresentados para o período findo em 31 de dezembro de 2025 na rubrica Provisão para indenizações de terras. Os montantes previstos para o plantio previstos no PACUERA, anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais, estão sendo apresentados na rubrica Provisão para programas socioambientais.

(a) **Provisão para compromissos socioambientais:** compreende gastos com atividades em cumprimento à legislação ambiental específica não vinculadas às licenças de operação das SPes. (b) **Provisão para programas socioambientais:** contempla os gastos afetos ao cumprimento dos programas ambientais previstos no processo de licenciamento ambiental. (c) **Provisão para registro de terras:** o Grupo possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários. (d) **Provisão para indenização de terras:** para construção das PCHs, foi necessária a aquisição, desapropriação ou constituição de servidão pelas SPes, sendo, para tanto, provisionados os recursos referentes a: (i) desembolsos para suportar condenações judiciais em processos de expropriação; (ii) aquisições amigáveis; (iii) indenizações e (iv) pagamentos de servidão administrativa, dentre outros gastos vinculados à aquisição e ao registro de terras.

17. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a recolher	71	71
Imposto de renda e contribuição social a recolher (depósitos judiciais) (a)	-	-
Encargo de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (EUSD)	-	-
PIS e COFINS não cumulativo	-	-
PIS e COFINS cumulativo	-	-
Outros tributos a recolher	15	80
Total	86	157
Passivo circulante	86	157
Passivo não circulante	-	-

(a) Refere-se ao IRLPI e CSLL provisionados sobre as indenizações de sinistro das controladas indiretas, Santa Fé e São Joaquim, recolhidos via depósito judicial.

18. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

	31/12/2025	31/12/2024
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	5.810	4.251
Total	5.810	4.251

b) Movimentação da receita diferida:

	31/12/2024	Adição	Realização	31/12/2025
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	4.251	6.126	(4.567)	5.810
Total	4.251	6.126	(4.567)	5.810

	31/12/2023	Adição	Realização	31/12/2024
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	4.143	4.811	(4.703)	4.251
Total	4.143	4.811	(4.703)	4.251

Cumpr destacar que todas as SPes do Grupo fizeram opção por participar do MRE, de modo que seu risco hidrológico é compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPes no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

19. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

ABSA, a Brasil PCH e as SPes, controladas da Companhia, são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e regulatórias.

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	143	137
Regulatório	3.020	3.045
Tributário	893	1.228
Ambiental	-	-
Cível	566	389
Total	4.622	4.854

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, regulatórios, ambientais e cíveis era de R\$ 4.622 (R\$4.854 em 31 de dezembro de 2024), conforme movimentação a seguir:

	31/12/2024	Constituição	Baixas	Transfêrencia	Atualização	31/12/2025
Trabalhista	137	-	-	-	6	143
Regulatório (*)	3.045	-	(173)	-	148	3.020
Tributário (*)	1.228	-	(31)	(386)	82	893
Ambiental	55	-	-	(55)	-	-
Cível	389	111	-	26	40	566
Total	4.854	111	(204)	(415)	276	4.622

	31/12/2023	Constituição	Baixas	Realização	Atualização	31/12/2024
Trabalhista	167	12	(67)	(33)	58	137
Regulatório (*)	2.849	-	-	-	196	3.045
Tributário (*)	999	196	(13)	-	46	1.228
Ambiental	28	32	(28)	-	23	55
Cível	142	304	(47)	(39)	29	389
Total	4.185	544	(155)	(72)	352	4.854

(*) Referem-se, em sua maior parte, a honorários de êxito registrados pela administração do Grupo relacionados com discussões judiciais regulatórias e tributárias.

A Brasil PCH e as SPes possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda "possível", nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas (a)	937	937
Cíveis (b)	26.190	26.606
Ambientais (c)	152	441
Tributário (d)	809	175
Regulatório (e)	174.566	-
Total	202.654	28.159

(a) Ações trabalhistas se referem, principalmente, à discussão de potencial responsabilidade subsidiária de controladas das Companhias ao pagamento de verbas trabalhistas a empregados e indenização decorrente de acidente do trabalho, de terceiros. (b) Cuidam-se de ações indenizatórias, no valor de R\$ 26.169, objetivando, principalmente, a condenação da Companhia e outras 4 empresas não relacionadas à Companhia, em razão de potenciais danos morais e materiais decorrentes de cheias ocorridas no ano de 2020, em região à jusante da PCH São Simão. Há também ação judicial promovida em desfavor de três controladas das Companhias por produtor de araria que busca o ressarcimento dos supostos prejuízos materiais decorrentes do início da operação das PCHs para o seu negócio de extração de araria. (c) Trata-se de ações em que se discutem autos de infração por condutas supostamente praticadas pelas controladas das Companhias em desacordo com o licenciamento ambiental e ou normas correlatas. (d) Trata-se de ação de natureza tributária em que se discute a incidência de ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços na aquisição de bens - sobre a TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, com o objetivo de restituição dos valores recolhidos indevidamente por controlada das Companhias. Tem-se, ainda, no rol, ação em que se discute o diferimento do diferencial de alíquota de ICMS - Impostos sobre circulação de mercadoria e serviços na aquisição de bens - incidente sobre bens adquiridos por controlada das Companhias. (e) Trata-se de ações judiciais que discutem a legalidade das Portarias MME 20/2013, 63/2013 e 31/2024 que reduziram a garantia física de determinadas Pequenas Centrais Hidrelétricas, controladas indiretas da Companhia, no âmbito da Portaria MME 463/2009. As garantias físicas das PCHs estão divulgadas na nota explicativa nº 1.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital Social: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 66.071, representado por 61.659.882 ações, das quais 30.829.941 ações ordinárias e 30.829.941 ações preferenciais, distribuídas conforme indicado abaixo:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações	%
CS Energia S.A.	20.337.278	20.337.278	40.674.557	65,97%
Acionistas minoritários	10.492.663	10.492.662	20.985.325	34,03%
Total	30.829.941	30.829.941	61.659.882	100%

As ações ordinárias de emissão da Companhia conferem aos seus detentores o direito a voto nas assembleias gerais. Já as ações preferenciais não conferem direito a voto a seus titulares, mas, em contrapartida, atribuem: (i) prioridade no recebimento de dividendo mínimo cumulativo equivalente a R\$ 0,01 (um centavo de real) para cada lote de 1.000 (um mil) ações; (ii) participação nos lucros distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois destes receberem dividendo igual ao dividendo mínimo assegurado às ações preferenciais; (iii) direito de receber o dividendo mínimo cumulativo a que fazem jus, no exercício em que os lucros forem insuficientes, à conta de reservas de capital; (iv) reembolso sem prêmio no caso de liquidação da Companhia. 20.2. Reserva Legal: Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social em 2021, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal. 20.3. Reserva de lucros: A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto no 2º, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir. 20.4. Reserva de lucros a realizar: Tendo em vista a deliberação havida no âmbito da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 13 de março de 2023, em linha com o disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações e com a orientação da Administração da Companhia, foi constituída reserva de lucros a realizar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O valor de R\$ 719.539 contido nessa reserva corresponde ao saldo de lucro à disposição dos acionistas da Companhia, apurado após destinação dos dividendos mínimos obrigatórios. Esse montante é relativo à parcela do lucro líquido contabilizado

em razão da remensuração realizada no momento da aquisição de participação acionária adicional pela Companhia na Brasil PCH, ocorrida em 1º de dezembro de 2021, correspondente a "lucro, rendimento ou ganho líquido em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte", tendo como base o disposto no artigo 197, §1º, II, da Lei das Sociedades por Ações. Em 18 de dezembro de 2025, conforme deliberado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a reversão e a distribuição do saldo da Reserva de Lucros a Realizar a seus acionistas. A liquidação dos valores objeto dessa deliberação ocorrerá até 31 de dezembro de 2028. 20.5. Dividendos a pagar: O Estatuto Social da Companhia estabelece que após a constituição da reserva legal, do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2025	31/12/2024
Destinação do resultado	323.570	266.902
Lucro líquido do exercício	323.570	266.902
Base de cálculo dos dividendos	80.893	66.726
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (25%)	62.786	65.136
Dividendos declarados adicionais	179.891	135.040
Dividendos propostos adicionais	-	-

Abaixo, apresentamos a movimentação dos dividendos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas, bem como do seu saldo registrado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	172.386	175.612
Dividendos adicionais aprovados (*)	157.732	162.303
Proposição de dividendos intermediários (**)	131.863	135.652
Dividendos pagos	(320.000)	(324.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	141.981	149.518
Saldo em 31 de dezembro de 2024	141.981	149.518
Dividendos adicionais aprovados (*)	135.040	139.068
Proposição de dividendos intermediários (**)	143.679	148.219
Reversão da reserva de lucros a realizar (***)	719.539	719.539
Dividendos pagos	(60.000)	(62.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.080.239	1.093.824

(*) Os dividendos adicionais foram aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Companhia, realizadas nos dias 29 de março de 2024 e 18 de março de 2025. (***) As proposições de dividendos intermediários foram aprovadas em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizadas nos dias 12 de agosto de 2024 e 12 de agosto de 2025. (***) A reversão da reserva de lucros a realizar decorreu exclusivamente de deliberação societária para fins de distribuição de dividendos, conforme aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2025.

Programa de pagamento dos dividendos: A liquidação dos dividendos deliberados e declarados, bem como dos dividendos declarados anteriormente e ainda não pagos, será efetuada de acordo com o seguinte cronograma: (i) até 31 de dezembro de 2026: pelo menos R\$ 25.000; (ii) até 31 de dezembro de 2027: pelo menos R\$ 45.000; (iii) e até 31 de dezembro de 2028: pagamento do saldo remanescente. 20.6. Ajuste de avaliação patrimonial reflexa: O ajuste de avaliação patrimonial é representado pelos ganhos ou perdas acumuladas reflexas dos instrumentos de "hedge" de fluxo de caixa, considerando os efeitos da Companhia Brasil PCH. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante negativo de R\$1.442 (R\$ 7.514 positivo em 31 de dezembro de 2024) como perda de valor justo de instrumento de hedge.

21. LUCRO POR AÇÃO

Segue abaixo quadro que contém as informações consideradas pela Companhia para cálculo do lucro básico e diluído por ação. Importante destacar que a Companhia não possui instrumentos financeiros diluídos.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	323.570	266.902
Lucro por ação básico e diluído:	-	-
Quantidade média de ações em circulação	61.659.882	61.659.882
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	5,2477	4,3286

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do Pessoal Chave: Em 31 de dezembro de 2025, registrou-se o pagamento, a título de remuneração das pessoas chave, do montante de R\$ 2.132 (R\$ 2.119 em 31 de dezembro de 2024) pela Companhia e por suas controladas diretas e indiretas. Cumpre destacar que, a Companhia, desembolsou R\$ 24 com assistência médica, em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 31 em 31 de dezembro de 2024) a título de benefício de curto prazo às pessoas chave. Ressalta-se que as suas controladas não possuem outros benefícios de curto ou longo prazo e pós emprego.

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta:	-	-
Venda de energia elétrica	763.829	734.550
Ajustes (*):	(1.757)	(249)
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	762.072	734.301

Detruides à receita bruta:

PIS e COFINS Corrente	(33.663)	(36.652)
PIS e COFINS Diferido	70	9
Total	(33.593)	(36.643)
Total	728.479	697.658

Receita líquida de vendas
(*) Sendo suas unidades (depois de controladas) contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPes no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais (vide nota explicativa nº 1.1).

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal e administradores	(163)	(187)
Serviços de terceiros	(579)	(516)
Tributos	(89)	(180)
Outras despesas, líquidas	(30)	(28)
	(881)	(911)
	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024

Ressarcimento do Conselho Nacional de Política Energética ("CNPE") nº 03/2013 (**)
Taxes setoriais
Receita com indenização recebida (***)
Outras despesas, líquidas
Custo das vendas de energia
Outras (despesas) receitas, líquidas
(*) Estão sendo reduzidos aos valores de amortização e depreciação os créditos tributários de PIS/COFINS no montante de R\$ 340, apurados em 31 de dezembro de 2025, (R\$ 508 em 31 de dezembro de 2024) decorrentes de aquisição de imobilizado em função da mudança da modalidade de apuração do lucro tributário de sua controlada indireta Santa Fé. (***) Recebimento da ENBPar referente a devolução dos Encargos de Serviço de Sistema para fins de Segurança Elétrica (ESS-SE) cobrados pela Eletrobras, em janeiro de 2024, conforme a Resolução nº 03/2013 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Esta resolução foi revogada posteriormente pela Lei 13.360/2016 anulando à imputação do rateio de ESS-SE aos agentes de geração. (***) A receita de indenização recebida refere-se ao montante da indenização parcial de sua controlada indireta Calheiros relativo a sinistro.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras:	-	-
Encargos financeiros sobre debêntures	(73.151)	(84.864)
Encargos financeiros sobre empréstimo - ccb	(30.664)	(1.028)
Custos de transação de debêntures	(2.723)	(2.724)
Custos de transação - ccb	(334)	(11)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(3.728)
Atualização financeira sobre impostos a recolher	-	(1.974)
Outras despesas financeiras	(194)	(3.364)
Total	(107.065)	(92.590)

Receitas financeiras:
Rendimentos de aplicações financeiras
Amortização ajuste a valor justo de debêntures
Atualização de depósito judicial
Outras receitas financeiras
Total
1.658
(105.408) 3.471 - 2.018 2.737 (33.856) | 15.570 11.186 4.309 3.621 (17.659) |

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	323.570	266.902
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(110.014)	(90.747)
Exclusões (adições) permanentes:	-	-
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido (*)	-	-
Efeito Fiscal da equivalência patrimonial de controladas	146.152	121.311
Outras diferenças permanentes, líquidas	-	-
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias não constitutivas (**)	(36.138)	(30.564)
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-
Correntes	-	-
Diferidos	-	-

Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social
Alíquota nominal
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal
Exclusões (adições) permanentes:
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido (*)
Efeito Fiscal da equivalência patrimonial de controladas
Outras diferenças permanentes, líquidas
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias não constitutivas (**)
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado
Correntes
Diferidos
(*) A Jatai Energética S.A., controlada indireta da Companhia, alterou, para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, o regime fiscal de lucro real para lucro presumido. (**) A Controladora possui prejuízo fis-

cal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$ 443.872 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 337.583 em 31 de dezembro de 2024). Suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$ 2.013.271 (R\$ 1.834.533 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia e suas controladas BSB, Brasil PCH e PCHPAR não constituem imposto fiscal diferido ativo por não terem expectativa de geração de lucros futuros suficientes de forma a realizar o imposto diferido ativo. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 13, 14 e 15, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu passivo fiscal diferido em função da combinação de negócios ocorrida no exercício de 2021. Abaixo, é apresentada a composição do passivo fiscal diferido:

	31/12/2025	31/12/2024
Mais valia imobilizado	309.718	324.243
Mais valia intangível	1.320.165	1.350.560
Ajuste a valor justo de debêntures	(10.060)	(21.247)
Total	1.619.823	1.653.556

Alíquota nominal	34%	34%
Imposto fiscal diferido	550.740	562.209

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado: O risco de mercado decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Quanto aos ativos, o Grupo avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 80,0% a 99,0% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 7 e nº 8. Já quanto aos passivos, conforme saldos apurados em 31 de dezembro de 2025, o Grupo está exposto às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), em razão da atualização monetária prevista nos contratos da emissão de debêntures da Companhia, BSB e Brasil PCH e ao CDI em razão da atualização prevista na CCB. Gestão de risco de liquidez: O risco de liquidez decorre de fatores que possam ocasionar a impossibilidade de o Grupo realizar os pagamentos de dívidas, incluindo aqueles relativos às debêntures, no volume, preço, e momento desejados. O Grupo mitiga o risco de liquidez ao qual está exposto por meio do monitoramento contínuo das previsões das exigências de liquidez de suas dívidas, bem como da manutenção de saldos aplicados passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. Tabelas do risco de liquidez: A seguir, são apresentados os passivos financeiros não derivativos do Grupo e o montante a ser pago nos períodos destacados. Cumpre ressaltar que os passivos financeiros foram calculados de acordo com os fluxos de caixa não descontados do Grupo, tendo como base a data mais próxima na qual o Grupo possui expectativa de liquidar suas obrigações, além de considerarem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros com encerramento em 31 de dezembro de 2025.

	Consolidado	Posição	Total Fluxo	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos
--	-------------	---------	-------------	-------------	-----------------	---------------

982 BALANCO _ ELETRORIVER_A TARDE.pdf

Código do documento: 982



Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Registro de Eventos:

29 jan 2026, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 982

Criado por: Adriano Cardoso de Melo **Email:** adriano.cardoso@grupoatarde.com.br

DATE_ATOM: 2026-01-29T00:02:06-03:00

29 jan 2026, 00:02:06 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2026-01-29T00:02:06-03:00

29 jan 2026, 00:02:06 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

E-Mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Emissor do Certificado: CN=EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130,
OU=videoconferencia, OU=24479762000180, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, L=Salvador, S=BA, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2026-01-29T00:02:06-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: f4d507f5203d3151c41c77dfaafed3206fe95ad774ae9fa703ff987ce38bfbbf

[SHA512]: b5122cfeb67b14b9da97f2103b1d9e8151badd1e178cc8f7998df7ecc5c459338f45832c3e2a4c546fde8d94750ead3d623d34e6e3190ec865ba9a408d02b1cca

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3